

A R T I G O S

A teologia católica em Portugal de 1910 à actualidade

*Podemos falar
de um vazio teológico,
de um deserto,
embora seja possível
encontrar
um ou outro oásis,
iniciativas erráticas.
Vazio, deserto, porque
desde 1910 a 1967,
efectivamente,
não existiu, em Portugal,
nenhuma Escola teológica,
no sentido restrito
da palavra escola.*

**Maria Julieta
Mendes Dias**

*Religiosa
do Sagrado Coração de Maria;
Centro de Estudos
em Ciência das Religiões
da ULHT*

Introdução

*Confessai Cristo como Senhor,
sempre dispostos a dar a razão
da vossa esperança a todo aquele
que vo-la peça.*

(1Pd 3, 15)

No âmbito da cadeira *Intertransdisciplinaridade*, surgiu a hipótese de estudar o *percurso* de uma disciplina. Achei que poderia ter algum interesse olhar para a *Teologia* em Portugal, durante o séc. XX, mais concretamente, de 1910 – data de encerramento da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra – até aos nossos dias. É, pois, esta tarefa que me proponho, de forma esquemática, apontando alguns marcos que me parecem significativos, num tempo e espaço, onde a exortação da *Primeira Carta de Pedro*, acima citada, quase não foi tida em conta.

Podemos falar de um *vazio teológico*, de um *deserto*, embora seja possível encontrar um ou outro oásis, no que eu chamo *iniciativas erráticas*. Vazio, deserto, porque desde 1910 a 1967, efectivamente, não existiu, em Portugal, nenhuma *Escola teológica*, no sentido restrito da palavra *escola*.

Este trabalho não é mais do que um historial, sem pretender fazer *história* – não é apresentado no contexto de uma cadeira de História – mas apenas por um interesse pessoal neste campo.

Encerramento da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra

A relação Estado e Igreja, a partir da Reforma Pombalina, no que diz respeito ao ensino da Teologia em Portugal, foi-se tornando cada vez mais conflituosa.

Em Portugal, existia apenas uma Faculdade de Teologia na Universidade de Coimbra e como era subsidiada pelo Estado, este reivindicava para si «o direito de regular as condições da sua existência e desenvolvimento»¹. Os Bispos, por sua vez, advogavam que esse direito lhes pertencia, na pessoa do Bispo de Coimbra. Em 1885, este conflito desembocou numa forte polémica entre o Bispo Conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina e o Dr. Damásio Jacinto Fragoso, quando este, em sessão ordinária (14 de Novembro), apresentou ao Conselho Superior de Instrução Pública uma *Memória* que os bispos não podiam deixar de condenar² e que a Sagrada Congregação do Santo Ofício condenou, efectivamente, por decreto de 1 de Setembro de 1886. Também por decreto da Sagrada Congregação do Index, foi incluída no número dos livros proibidos. O entendimento estava cada vez mais longe e os alunos eram cada vez menos, o que levou os professores da dita Faculdade, em 1907, a pedirem ao governo que a substituísse por uma Faculdade de Letras³.

O Governo Provisório da jovem República resolve o conflito, anulando as matrículas no 1.º ano de Teologia da Universidade de Coimbra, a 23 de Outubro de 1910.

A partir daí, o ensino da Teologia passou a ser feito, exclusivamente, nos Seminários de cada diocese e, apenas, para formação dos que queriam seguir a carreira eclesiástica.

Deste modo, ficou negado, ao simples crente ou investigador, o estudo académico da Teologia, em Portugal.

Colégio Português em Roma

Com a polémica em torno da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra e a consequente falta de alunos na mesma, a formação da maior parte dos padres era muito fraca.

O Vaticano conhecia esta situação: diversas Congregações da Santa Sé acompanhavam – duas já citadas – os conflitos desencadeados em Coimbra e o próprio Papa, Leão XIII, mantinha contactos pessoais, como se pode verificar pela resposta que, em 1901, dá a Ramalho Ortigão, durante uma audiência privada. Lamentando-se este do «nível espiritual tão medíocre» do clero português, o Papa responde-lhe que «foi para atalhar esse mal» que acabara de fundar o Colégio Português e que não deixasse de o ir ver.

Com efeito, D. António Barroso, pertencente ao Padroado português do Oriente, numa das suas passagens por Roma, pedira ao Papa a criação do Colégio e foi atendido. O próprio Papa doou o palácio Alberini, na Via Banco Santo Spirito, para residência dos alunos que deram início às aulas, na Pontifícia Universidade Gregoriana, no

¹ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1970, p. 380.

² RODRIGUES, Manuel Augusto, *Teologia*, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. P-V, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 281.

³ *Ibidem* e ALMEIDA, Fortunato de, *Op. Cit.*, p. 384.

ano lectivo de 1900-1901. A carta de Leão XIII – *Rei Catholicae apud lusitanos* – de 20 de Outubro de 1900 é o seu documento de fundação⁴.

Porém, o «nível espiritual tão medíocre» do clero português não desapareceria de um momento para outro nem o facto da fundação do Colégio em Roma produziria, sem mais, esse efeito. A prova disso é que, em Novembro de 1903, o Relatório do Núncio em Lisboa, Cardeal A. Aiuti⁵, ainda diz o seguinte: «Até há poucos anos, a educação literária e científica dos Seminários era considerada de tal modo imperfeita que uma lei proibía que fossem admitidos nos Liceus do Estado e na Universidade de Coimbra aqueles jovens que tivessem estudado os cursos preparatórios nos Seminários, e prescrevia que, antes de aí serem admitidos, deviam repetir os estudos num dos Ginásios do Estado (...) ...Os padres, senão em geral, ao menos em grande número, são [em Portugal] pouco instruídos e imorais, tendo não raras vezes mulheres e filhos; e o povo não é nada, ou quase nada, instruído, e imoral, e as tristes consequências disto chamam-se *doçura de costumes!*. Mas como poderia ser diverso, se os padres não pregam o Evangelho ao povo nem nunca lhe falam dos próprios deveres, antes lhe dão mau exemplo? A ocupação principal do padre em geral é a política, no sentido de que cada qual está ligado a um dos partidos de votação e o apoia nas eleições e também no Parlamento ou no Senado, para que depois, quando esse partido estiver no governo, dê a cada um uma boa colocação eclesiástica e civil. E é também esta a razão pela qual o Governo mantém e quer manter escrava a Igreja e dá tanto valor ao Padroado, ou seja, para poder apresentar aos benefícios maiores e menores os seus apoiantes e assim compensar o clero e os bispos dos serviços políticos que daí recebe; digo clero e bispos, porque também os bispos pertencem, com poucas excepções, a um ou outro dos partidos de votação»⁶.

Dez anos depois, o Colégio Português em Roma seria o único centro de estudos teológicos da Igreja portuguesa até 1968, onde uma minoria de padres iria receber instrução académica para poder ensinar nos Seminários diocesanos.

Ainda hoje funciona como residência dos eclesiásticos que pretendem uma especialização.

Concílio Plenário Português

Em 1926, o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, como Legado Pontifício, convoca e preside ao Concílio Plenário Português. Plenário porque nele participaram «todos os bispos do Continente, excepto o Bispo de Viseu, por motivos de doença, e o Arcebispo de Vila Real, ausente no Brasil», assim como os das «Ilhas e os das Colónias e do Padroado, excepto o Patriarca das Índias e os Bispos de Macau e de Cochim».

A abertura solene foi a 24 de Novembro e o encerramento a 3 de Dezembro, desse mesmo ano. Realizou-se em Lisboa, no Paço Patriarcal⁷.

⁴Manuel de Almeida Trindade, *Memórias de um Bispo*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1993, p. 361-365.

⁵Este Relatório encontra-se no Arquivo do Vaticano.

⁶Citado por Manuel de Almeida Trindade, *Op. cit.*, p.362.

⁷Concilium Plenarium Lusitanum, *Acta et Decreta*, Edição Portuguesa oficial, Lisboa, União Gráfica, 1931, p. V-VI

Cerca de quatro anos depois, fazem a publicação das Actas e Decretos do Concílio para orientação do «clero e demais fiéis das suas dioceses»⁸.

Finalmente, os Bispos tinham encontrado um meio eficaz de todos falarem a uma só voz, confundindo unidade com unicidade. Na introdução, dizem textualmente:

«Os Decretos do Concílio são um brado de união, um toque a reunir, uma voz conjunta em torno da única bandeira que nos guia e que é o lábaro sacrossanto de Nosso Senhor Jesus Cristo. Não tenhais ilusões, caríssimos filhos: tudo o que for lutar e trabalhar fora desta norma única é criar confusão, é perturbar a vida da Igreja; é tornar mais pesada a cruz dos vossos Prelados, é abrir brecha por onde o inimigo facilmente entrará no nosso campo, levando aí a desolação e a morte».

Os Bispos apresentam-se como modelos. Não pedem mais do que eles próprios praticaram durante o Concílio: «Como vereis nos Decretos do Concílio, este espírito de unidade presidiu a todas as nossas deliberações, ainda mesmo naqueles pontos que não se referem directamente à acção. Assim é que de ora avante haverá um só texto de Catecismo para todas as dioceses, será um e o mesmo o programa dos estudos nos Seminários, será idêntico o texto das versões dos documentos pontifícios, uniforme a disciplina a observar no regime das irmandades e associações pias, no provimento de capelânias, na celebração das festividades. Quere isto dizer que nós, os Prelados, vos damos o exemplo, e sacrificamos ao ideal da unificação o direito que a cada um assiste de na sua diocese orientar o culto, os estudos, o ensino da doutrina cristã, e em geral as várias manifestações da vida religiosa. Assiste-nos pois todo o direito a exigir de vós a unidade que vos pregamos, não só porque como Bispos temos autoridade para isso, mas ainda porque vamos adiante de vós pondo antecipadamente em prática o que vos inculcamos».

Sentem a necessidade de uma Escola “portuguesa” para suprir a ignorância do clero, uma vez que o Colégio Português de Roma não abrange a totalidade dos padres, mas apenas uma pequeníssima minoria: «Não fecharemos esta série de considerações sem chamar a vossa atenção para uma obra que dia a dia se torna cada vez mais indispensável, que a alma católica portuguesa reclama com insistência e que o Concílio ardentemente deseja, como consta de um dos seus votos. Queremos referir-nos ao *Instituto Católico*, isto é, a um estabelecimento de alta cultura intelectual, que sirva de educar e formar um escol da mentalidade católica. Depois que uma legislação sectária decepou a nossa gloriosa Universidade de Coimbra, suprimiu a mais célebre das suas faculdades, a faculdade de Teologia, mais instante e imperiosa se torna a necessidade de semelhante Instituto, que aliás não seria simplesmente uma faculdade teológica. Não insistimos mais neste ponto, simplesmente pedimos a Deus suscite dedicações generosas, algum Mecenaz providencial que, à semelhança do que em outros países tem sucedido, subministre os recursos indispensáveis para que este *desideratum* passe ao campo das realidades. Os vossos Prelados já teem da sua parte trabalhado bastante para aplanar o caminho e obter da Santa Sé os competentes privilégios e regalias»⁹.

Estava “instituída” a unicidade do pensamento católico em Portugal! Os bispos pediam uma *única* forma de pensar, de organizar o culto e a acção eclesial. Para eles, *único* era sinónimo de *unidade*, o que não há nada de mais errado, pois trata-se, precisamente, do contrário. Para existir unidade tem de haver várias coisas a unir-se. Por outro lado, o único, para se impor, tem que dominar e, dominando, divide.

⁸ *Ib.*, p. XI

⁹ *Ib.*, p. XVIII-XXVIII

«**V**azio teológico» e o Estado Novo

Em 1933, Salazar toma posse como Chefe do Governo e dá início a uma nova etapa política em Portugal: o *Estado Novo*. Como diz Franco Nogueira, «em Lisboa sofre profunda comoção o Cardeal Cerejeira»¹⁰. É chefe do governo o mais destacado militante católico, o seu companheiro dos *Grilos* durante mais de quinze anos, o mais íntimo dos seus confidentes (...) em quem o Prelado via uma escolha da Providência para, como instrumento de Deus, conduzir Portugal e a Igreja portuguesa a altos destinos»¹¹.

Poderia pensar-se que estavam reunidas todas as condições para se tornar realidade o tão desejado *Instituto Católico*. Porém, há uma que falta: estarem de acordo quanto às dimensões do tal Instituto. E a verdade é que o Cardeal Cerejeira e «o mais íntimo dos seus confidentes» não se encontram nesse ponto. Se, por um lado, era importante para Salazar a existência de um estabelecimento nacional onde se formasse o “alto clero” – não seria necessário frequentar a Universidade Gregoriana de Roma ou as universidades estrangeiras (francesas, belgas, etc.) porque «*enquanto a primeira vinca sobretudo o internacionalismo da Igreja, as outras habilitam os educandos às lutas partidárias, e em especial aos partidos católicos*», e ao país «*não podem convir uma nem outra de formação intelectual e profissional*» – por outro, a criação de uma universidade católica completa, com todas as faculdades, era «*um sonho sem consistência, aspiração sem possibilidades de realização*». Nenhum abdicava do seu interesse. Salazar é peremptório: «*Isto podemos fazer-lo; outras coisas, não*»¹². Além disso, a dimensão trazia também a discordância do lugar: para o Chefe do Governo havia a hipótese de ser instalado no Paço de S. Vicente, em Lisboa, mas para a «aspiração de grandeza» do Patriarca não «*bastará S. Vicente*» e «*também não haverá dinheiro*». Uma outra hipótese seria restaurar a faculdade de Teologia em Coimbra, em Santa Clara, o que também não agradava ao Patriarca.

O Cardeal Cerejeira continua a alimentar o sonho de uma Universidade Católica como existia na vizinha Espanha e que julgava “*bem modesto*”, mas Salazar não o considera modesto «nem viável, ao menos em futuro próximo; e tem dúvidas sobre as vantagens para Portugal de uma universidade católica, que esteja fora e independente da Educação Nacional»¹³.

De facto, Salazar não se tinha desviado, nem um pouco, das suas convicções ao assumir as funções de Chefe do Governo: na primeira visita que fizera ao Cardeal Cerejeira, dizendo-lhe este que «esperava e desejava que o Estado e a Igreja tivessem boas relações de colaboração», responde prontamente: «*Manuel, a partir deste momento os nossos destinos separam-se completamente. Eu defendo os interesses de Portugal e do Estado, e os interesses da Igreja só contam para mim enquanto se conjugarem com aqueles, e apenas nesta medida. E o Estado é independente e soberano*». Deste modo terminou essa primeira visita¹⁴.

Um regime do *único* e sem escolas abertas de Teologia – escolas onde qualquer pessoa pudesse estudar as questões religiosas – só poderia conduzir ao “vazio teológico”, ao deserto que impede a *cogitação*, no dizer de Tomás de Aquino, que o fenómeno re-

¹⁰ Tinha sido eleito há pouco, visto que o anterior, D. António Mendes Belo, tinha morrido. Já não presidiu ao encerramento do Concílio, devido à doença.

¹¹ Franco Nogueira, *Salazar*, Vol. II, Coimbra, Atlântida Editora, 1977, p. 152.

¹² *Ibidem*, Vol IV, p. 338.

¹³ *Ibidem*, pp. 339-340.

¹⁴ *Ibidem*, Vol. II, p. 152

ligioso deve provocar. Não havia *lugares*, onde um simples crente pudesse procurar, indagar, para estar *pronto a dar razões da sua esperança*.

***I**nstituto Superior de Estudos Teológicos (ISET)*

Os desertos, se não matam, favorecem o sonho que alimenta a esperança e dá alento no caminhar, mesmo que seja uma simples miragem o que o horizonte nos aponta. Se a capacidade de sonhar não morrer, as próprias miragens podem funcionar como vislumbre do possível.

A tentativa de preencher o “vazio”, de sair do deserto, fez nascer a ideia do ISET, em 1966.

Não era um projecto da Igreja portuguesa. «A sua concepção surgiu de uma convergência de *inquietações* de casas de estudo de várias congregações religiosas e de seminários em face das exigências do Vaticano II no tocante à formação eclesial perante a pobreza e dispersão de recursos a nível de professores para poder dar resposta a essas exigências». Contava já com a experiência do *Studium Dominicano Sedes Sapientiae*, que funcionava há anos em Fátima e reunia alunos do Verbo Divino, da Consolata e dos Carmelitas, assim como alguns professores destes últimos. Era um centro de estudos com prestígio, tornando-se como que o esboço do que poderia ser um grande Instituto de Estudos Eclesiais¹⁵.

De facto, no início do ano lectivo 1967-1968, em Lisboa na casa dos Franciscanos, à Luz, foi possível reunir professores e alunos numa experiência inédita, quer em Portugal quer mesmo no campo do ensino eclesial.

A tentativa de resposta às questões levantadas sobre *O homem no mundo de hoje e O cristão na Igreja de hoje*, presidiu à organização das duas cadeiras fundamentais.

O curso do ISET tinha a duração de seis anos subdivididos em três ciclos: «No 1.º ciclo (dois anos – *propedêutico*), a preocupação dominante recaía sobre o aprofundamento da problemática levantada nas cadeiras acima apontadas; o 2.º ciclo (três anos – *geral*), procurava organizar uma reflexão sistemática sobre a problemática levantada no *propedêutico*; 3.º ciclo (um ano – *pastoral*), estudava as formas práticas de uma acção evangélica coerente. Por outro lado, a reflexão teológica e o estudo das ciências humanas deviam acompanhar-se ao longo de todos os anos»¹⁶.

Esta iniciativa não foi acalentada pelo Cardeal Patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, que nunca abandonara o desejo de criar uma Universidade Católica, embora o tenha identificado, publicamente, com «um milagre», numa altura em que o ISET serviu para, pontualmente, resolver as dificuldades que o Seminário dos Olivais, entretanto, lhe levantara¹⁷.

Foi encerrado em 1975 «com prejuízos graves para a cultura católica em Portugal enquanto perspectiva teológica marcada pelo carisma da vida religiosa na Igreja deste País»¹⁸, pois a maior parte dos alunos e professores haviam mudado para a Universidade Católica, recentemente criada.

¹⁵Frei Bento Domingues, *25 Anos de reflexão teológica*, ISTA, Lisboa, 1979, p. 4. O Frei Bento foi o único professor que colaborou na concepção do ISET, que aguentou até ao fim e que viu – como ele próprio diz – «matar o rapaz», tendo sido uma «experiência das mais fascinantes em que participei. Nada frustrante»

¹⁶Frei Bento Domingues, O.P., *Uma experiência no ISET*, in ISET, Julho-Outubro 1972, p. 24.

¹⁷Id., *A Religião dos Portugueses*, Porto/Lisboa, Figueirinhas, 1988, pp. 82-98.

¹⁸*Ibidem*, p. 83.

***F**aculdade de Teologia
da Universidade Católica Portuguesa (UCP)*

Depois de tantos anos de espera, o Cardeal Cerejeira – aos 80 anos de idade – vê o seu sonho tornar-se realidade. O primeiro passo é dado em 1967, quando Roma reconhece a Faculdade de Filosofia de Braga – criada pelos Padres Jesuítas – como a «Primeira efetuação da Universidade Católica Portuguesa». Em Outubro de 1968 abre a Faculdade de Teologia de Lisboa, integrada na UCP. Em 1971, o Estado Português reconhece a personalidade jurídica da UCP, considerando-a como «pessoa colectiva de utilidade pública e determina também que os títulos e diplomas por ela conferidos gozem do mesmo valor e dos mesmos efeitos que os das restantes Universidades portuguesas»¹⁹.

Neste momento, além de Lisboa, há pólos da Faculdade de Teologia da UCP no Porto, Viseu e Coimbra.

Finalmente, a Igreja Portuguesa tem uma Universidade Católica e não «uma Faculdade de Teologia apenas dependente do Ministério da Educação e independente da Igreja – tipo anterior a 1910»²⁰.

Porém, com o encerramento do ISET, a unicidade do pensamento católico português mantém-se.

***I**nciatiivas erráticas*

Este último ponto do meu trabalho pretende “visitar” alguns oásis de debate teológico na travessia do deserto que durou cerca de 60 anos.

Chamo *inciatiivas erráticas* porque não se devem à Igreja Católica portuguesa, enquanto instituição oficial, mas à intervenção e sensibilidade de pessoas ou grupos, para quem a exortação da *Primeira Carta de Pedro* (3,15) fazia algum sentido. Por outro lado, considero-as *erráticas*, também, porque não obedecem a um plano de conjunto, mas surgem como resposta às necessidades do momento.

Assim, em 1954, graças à imaginação profética dos Padres dominicanos, Louis M. Sylvain e Paul Denis, professores do *Studium* dominicano de Fátima, o Instituto S. Tomás de Aquino (ISTA), abriu o **Curso de Verão de Teologia**.

Pode ser considerada uma iniciativa pioneira no campo da teologia e exegese bíblica, destinada à formação permanente das religiosas. Como já foi dito, com o encerramento da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, os leigos (homens e mulheres) não tinham acesso ao estudo organizado da Religião. As religiosas sentiam cada vez mais a necessidade de instrumentos para pensar, de forma adulta, a sua fé, a sua vida e os seus empenhamentos. Para responder a esta necessidade, o ISTA estruturou um curso de três anos (cíclicos), durante três semanas no verão.

Com dez anos de história, abriu-se também aos leigos em geral, embora as religiosas continuassem a ser a grande percentagem dos participantes. Esta abertura ainda não era suficiente, pois havia pessoas «empenhadas em perscrutar, viver e irradiar a

¹⁹ Decreto-Lei, nº 307/71 de 15 Julho.

²⁰ Franco Nogueira, *Salazar*, Vol IV, Coimbra, Atlântida Editora, 1980, p. 338.

mensagem evangélica»²¹, mas impossibilitadas de se deslocarem a Fátima, durante o verão. Em resposta a essa necessidade, o ISTA organizou Fins de Semana temáticos, durante o ano, tendo começado em Coimbra, em 1965, estenderam-se a várias cidades do país.

Acompanhando as mudanças, soube adaptar-se de tal modo que ainda hoje existe na forma de “Semana de Teologia”, onde se aborda um tema geral sob vários aspectos e perspectivas: bíblica, teológica, moral, pastoral, filosófica, antropológica...

A partir dos anos 60 multiplicaram-se as iniciativas:

- Ligados à edição portuguesa da revista *Concilium*, surgiram os **Colóquios Concilium** que de depressa conhecem o fim, assim como a impossibilidade de continuar a edição portuguesa da dita revista. Actualmente, a versão portuguesa é editada no Brasil.
- Em 1961, foi organizada a primeira **Semana Portuguesa de Teologia**, em Lisboa. Até 1965, inclusive, realizou-se todos os anos, existindo a publicação das Actas de três Semanas: em 1962, a referente a 1961; em 1964, referente a 1963; e em 1965, referente a 1964. No horizonte destas Semanas estava a criação de uma Universidade de Teologia, dada a ausência de qualquer escola teológica em Portugal. Eram tempos de Concílio²² que faziam mexer a Igreja e a própria sociedade estava a mudar. Era preciso «entrar na História», não se podia ficar à margem, era necessário «agitar as águas» da Teologia em Portugal, paradas durante tanto tempo», no dizer do seu principal promotor e dinamizador, Fernando Santos Neves²³, que o *Estado Novo* exilou em finais de 1965. Foi o fim das Semanas.
- Em 1964, foi criado o **Instituto Superior de Cultura Teológica** em Lisboa e Porto com o objectivo de proporcionar formação teológica às Religiosas em ordem ao ensino religioso nos seus colégios. Mais tarde, foi aberto aos *leigos* também com a finalidade de leccionarem a disciplina de Religião e Moral nas escolas oficiais.
- Em 1975, um grupo de *leigos* – mulheres e homens – criaram, em Lisboa, o **Centro de Reflexão Cristã** (CRC) para, como o nome indica, reflectir o fenómeno cristão nas suas implicações religiosas, sociais, políticas e filosóficas. Organizou – e organiza – cursos, palestras, debates e publica uma revista com assuntos da actualidade. Embora com a colaboração de *clérigos* teólogos, não perdeu nunca a sua característica laical. Ainda hoje existe.
- Em 1987, a revista *Igreja e Missão*, dos Padres da *Sociedade Missionária*, organizou os **Colóquios Igreja e Missão** que se realizaram todos os anos até 1993, data em o seu director e promotor dos Colóquios – Anselmo Borges – terminou as suas funções de director. Tiveram lugar em Valadares, Seminário da Boa Nova. Foram momentos de verdadeiro debate quer pelos temas em questão – *Novos poderes e futuro da humanidade; Ciências humanas e fé cristã; A questão do homem como questão de Deus; Nós e os outros: o Homem ecuménico; Corpo e espírito; Amor e morte; Natureza e liberdade...* – quer pelos oradores convidados: Marciano Vidal, Paul Valadier, José Gómez Caffarena, J.L. Ruiz de la Peña, Yves Ledure e outros (Schillebeeckx mandou texto) sem falar dos teólogos, filósofos e cientistas portugueses. Tinham

²¹ Fr. Raimundo Oliveira, *Instituto de S. Tomás*, in ISET, Out. 1973, p. 17-18;

²² Concílio Vaticano II: 1962-1965.

²³ Entrevista concedida pelo próprio e que actualmente é o Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) de Lisboa.

como objectivo, fundamentalmente, superar uma mentalidade gnóstica, mostrar, portanto, que os problemas da humanidade e de humanidade são questões em que todos os seres humanos devem estar unidos, devendo todos cooperar no sentido da realização da humanização e religiosidade autênticas. Destinavam-se ao público em geral e todos os anos teve a participação de cerca de 200 pessoas com estudos superiores²⁴.

- Em 1998, foi criado o **Centro de Estudos de Teologia/Ciência das Religiões** e a **Licenciatura de Ciência das Religiões** da ULHT, em Lisboa. Sem carácter confessional, pretendem oferecer um espaço para o desenvolvimento da *Ciência das Religiões* em Portugal, numa altura em que o religioso sofre metamorfoses tão profundas: à medida que os espaços humanos se tornam cada vez mais multiculturais, o conhecimento das religiões pode ser um contributo importante para o aprofundamento da cultura democrática; o fenómeno da globalização e as migrações criam novos choques culturais que tornam indispensável o conhecimento das várias tradições religiosas; o religioso continua a ter uma importância enorme na configuração da identidade política de muitos povos, o que implica que os estudos de Ciência Política e de Relações Internacionais dêem uma renovada atenção à Ciência das Religiões; inscrita no quotidiano dos crentes, a crença religiosa acaba por exigir uma ampla cultura religiosa a muitos profissionais, nas mais diversas actividades; tendo em conta estas transformações, a própria Teologia que se ensina no interior do espaço confessional poderá encontrar sugestivos contributos no terreno da Ciência da Religiões²⁵. Num total de quatro anos, a Licenciatura privilegia a *História e Fenomenologia* das grandes religiões (6 Semestres), assim como a exegese e interpretação dos seus textos *sagrados* (3 anos), sem esquecer o *Pensamento* antigo e contemporâneo, a área da sociologia, da antropologia, da filosofia e da psicologia.

Foram *iniciativas erráticas* que apontaram a correcta direcção a seguir.

Conclusão

Por tudo o que foi dito, não me parece exagerado caracterizar o séc. XX, em termos de Teologia em Portugal, como um deserto, um *vazio teológico*. As chamadas *iniciativas erráticas*, mesmo suprimindo as falhas que este trabalho apresenta²⁶, não conseguem transformar um deserto nem preencher um vazio: são, apenas, oásis, lugares proféticos da proclamação do necessário, desejável e possível.

A meu ver, a pouca instrução da hierarquia da Igreja, espelho da sociedade – confundindo unidade e unicidade – aliada ao desejo de domínio (Igreja e Estado), está na base deste panorama.

Não sei se já saímos do deserto. Talvez não, mas não tenho grandes dúvidas de que não faltará muito para encontrar terrenos produtivos onde se possa edificar a cidade para quem a *questão de Deus* (teologia) é questão de todos os que nela habitam.

²⁴ Dados concedidos por Anselmo Borges.

²⁵ Texto de apresentação do Centro e da Licenciatura, ULHT.

²⁶ Teria interesse apontar a acção particular de alguns indivíduos, como por exemplo, o Padre Joaquim Alves Correia, o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes e outros e, também, as publicações – Livros e revistas – ao longo destes anos. Ficará para uma próxima oportunidade.

Bibliografia

- CARLOS MOREIRA AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Círculo de Leitores SA e Centro de Estudos da História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000.
- MANUEL BRAGA DA CRUZ, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Bizâncio, Lisboa 1998.
- FRANCO NOGUEIRA, *Salazar* (6 vols.), Atlântida Editora, Coimbra 1977-85.
- BENTO DOMINGUES, O.P., *A Religião dos Portugueses*, Figueirinhas, Porto/Lisboa 1988.
- Revistas do Centro de Reflexão Cristã e do Instituto Superior do Ensino Teológico.*
- FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra
- Actas das Semanas Portuguesas de Teologia
- MANUEL DE ALMEIDA TRINDADE, *Memórias de um Bispo*, Gráfica de Coimbra, 1993.